

FISCALIZAÇÃO - Sindicatos se unem para acabar com o que resta das revendas clandestinas no Estado do Rio

Nova campanha contra o gás ilegal

CHICO BARBOSA

Amanhã será o lançamento da segunda etapa da campanha de combate às revendas ilegais de gás de botijão no Rio, das empresas distribuidoras, feita pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicagás) e pelo Sindicato dos Revendedores de Gás GLP do Estado do Rio de Janeiro (Sirgarserj). Com orçamento de R\$ 500 mil, o setor se organizou para acabar com o restante das revendas clandestinas que ainda existem no estado.

O presidente da Sirgarserj, Crisvaldo Souza da Silva, informou, baseado no banco de dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que hoje existem 2,5 mil revendas legalizadas no Rio. Segundo estimativas, existiam de 35 mil a 40 mil pontos de vendas clandestinos, que vendiam 2 milhões de botijões mensalmente, equivalente à metade do consumo do estado. De acordo com Silva, a primeira etapa da campanha eliminou 70% dessas revendas ilegais. O prejuízo calculado chegava à R\$ 42 milhões por mês.

“Há 70 dias, as empresas



SÉRGIO BANDEIRA DE MELLO
PRESIDENTE DO SINDICAGÁS

A palavra de ordem, agora, é para que nenhum revendedor abasteça pontos de venda clandestinos.”

distribuidoras do setor se organizaram para aniquilar a venda ilegal de gás no Estado do Rio. O nosso objetivo era impedir a venda de gás por botequins, padarias, farmácias e postos de gasolina, entre outros estabelecimentos. Acreditamos que essas empresas retiraram 60 mil botijões ilegais durante esse período”, afirmou Silva.

Segundo o diretor de Negócios de Gás LP Envasado da SHV Gas Brasil, Julio Cardoso, os pontos fixos de venda ilegal estão eliminados, restando apenas pessoas que compram, de forma escondida, o produto em depósitos regularizados.

O presidente do Sindicagás, Sérgio Bandeira de Mello, lembrou que desde o início da década de 70, as empresas tiveram que se afastar de determinadas comunidades, que chama de zonas restritas, porque o poder público não garantia a

entrada dos caminhões das companhias. “Existem dois tipos de ausência de poder público. Um é quando a prefeitura e os bombeiros passam em frente aos locais clandestinos de venda e não fazem nada para coibir a comercialização. O outro é quando o poder público não garante a sua presença em certas regiões da cidade, como as favelas”, disse.

Segundo Cardoso, com a coibição de vendas clandestinas, as empresas estão investindo em frotas próprias, contratando motoristas para se adequar ao aumento de demanda. Silva estima que esses investimentos gerarão 20 mil empregos nos próximos 60 dias. “A palavra de ordem, agora, é para que nenhum revendedor abasteça pontos de venda clandestinos e pressionar as autoridades a fecharem os que restarem”, disse.